

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA.

MD. PAULO GONET BRANCO

LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO, brasileiro, advogado, atualmente no exercício do mandato de Deputado Federal pelo PT/RJ, com endereço na Câmara dos Deputados, Gabinete 227 – Anexo IV – Brasília (DF) e endereço eletrônico [dep.lindberghfarias@camara.leg.br](mailto:dep.lindberghfarias@camara.leg.br), vem à presença de Vossa Excelência, nos termos legais, propor

**REPRESENTAÇÃO CRIMINAL, na forma de DELATIO CRIMINIS**

Em face do ex-presidente da República, JAIR MESSIAS BOLSONARO, brasileiro, casado, militar, com endereço sito em Brasília (DF), tendo em vista os fatos e fundamentos jurídicos adiante delineados.

**I – Dos Fatos.**

Com efeito, no último dia 08 de fevereiro<sup>1</sup> do ano em curso, o Supremo Tribunal Federal, a partir de requerimento da Polícia Federal, referendado pelo Ministério Público Federal, autorizou diversas prisões e outras medidas cautelares, contra 33 alvos, no bojo da chamada Operação *Tempus Veritatis*, que investiga uma tentativa de golpe de Estado no País.

Dentre os alvos da operação estavam o ex-presidente Jair Bolsonaro que, embora não tenha sido preso, foi destinatário de medidas cautelares constritivas aplicadas pelo Ministro Alexandre de Moraes, dentre as quais, a entrega imediata do passaporte e a proibição de manter contato com os demais investigados.

Vale lembrar que na ocasião, dois assessores do ex-presidente foram presos: o coronel Marcelo Câmara, que era ajudante de ordens; e Filipe Martins, que era assessor para Assuntos Internacionais da Presidência.

Ocorre que notícias publicadas na imprensa no dia de hoje<sup>2</sup>, dão conta de que poucos dias após essa Operação Policial, o ex-Presidente buscou refúgio na Embaixada da Hungria no Brasil, tendo ali permanecido por 2 (dois) dias, acompanhado por dois seguranças a que tem direito em função da condição jurídica que ostenta.

Segundo as conclusões da própria imprensa, totalmente plausíveis, a estadia na embaixada sugere que o ex-presidente estava tentando alavancar a sua amizade com um colega líder de extrema-direita, o primeiro ministro Viktor Orban da Hungria, numa tentativa de escapar ao

---

<sup>1</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-02/operacao-apreende-passaporte-de-bolsonaro-e-prende-assessores#:~:text=A%20decis%C3%A3o%20proibiu%20Bolsonaro%20deixar,para%20Assuntos%20Internacionais%20da%20Presid%C3%Aancia.>

<sup>2</sup> <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/03/25/jair-bolsonaro-embaixada-hungria.htm>

sistema de justiça brasileiro, enquanto enfrenta investigações criminais no Brasil.

## II – Da possibilidade de o ex-presidente se furtar à aplicação da Lei Penal.

Ora, conquanto as investigações em curso no País indiquem que o ex-presidente da República foi um dos principais mentores e articuladores da tentativa de golpe de Estado que visava macular a Democracia e impedir a posse de um Presidente legitimamente eleito, além de interferir na autonomia do Poder Judiciário, não se tem nessa realidade qualquer cenário da existência de perseguição ou indicativos da prática de investigação conduzida sob viés meramente político, de modo a legitimar qualquer pedido de amparo junto a Governo estrangeiro, na dicção do que prescreve a Lei de Migração e os Tratados internacionais que versam sobre a temática e dos quais o Brasil é signatário.

Nesse cenário, a estadia do ex-presidente, por dois dias, na Embaixada da Hungria, sugere uma tentativa clara de pavimentar o terreno para eventual fuga ou proteção estrangeira, na medida em que as investigações são aprofundadas e se robustecem os indícios e provas capazes de fundamentar não apenas medidas cautelares (prisão), como uma futura condenação penal.

Ora, o Código de Processo Penal, quando discorre acerca da prisão preventiva, estatui o seguinte:

“Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

§ 1º A prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares.”

Veja Senhor Procurador-Geral, que a ação do Representado indica claramente uma tentativa de blindagem com apoio de Governo estrangeiro, na perspectiva de se furtar à aplicação da lei penal. Ademais, se a apreensão do passaporte visou exatamente evitar tentativas de fuga do País, a pavimentação de tentativa de eventual asilo político pode ser caracterizada como uma forma de descumprimento da medida cautelar imposta, o que também legitimaria a decretação da prisão preventiva.

O pressuposto da garantia na “segurança na aplicação da Lei penal”, como dito, busca exatamente evitar que o investigado ou acusado, alavanque meios de se furtar à aplicação da pena que possivelmente lhe será imposta.

Desse modo, estão presente alguns dos pressupostos que fundamentam a decretação da prisão preventiva.

Trata-se, como se verifica, de notícia de elevada gravidade, que demonstra que o ex-presidente da República, alvo de diversas investigações e medidas judiciais já adotadas, ciente do destino penal que lhe reserva, procura, de modo subliminar, alavancar meios e instrumentos para assegurar sua impunidade.

Há, portanto, necessidade de adoção de medida que possa impedir esse desiderato do investigado e assegurar, como se espera, a escorreita aplicação da lei penal, numa eventual condenação.

### III – Do pedido.

Face ao exposto, o Noticiante pugna para que essa Procuradoria-Geral da República avalie os fatos com a gravidade que lhe é inerente e, ao final, proponha ao Supremo Tribunal Federal, as medidas consideradas pertinentes, inclusive a postulação da decretação da prisão preventiva do ex-presidente, de modo a obstar, desde logo, no nascedouro, qualquer tentativa de sabotar ou inviabilizar a persecução penal do Estado brasileiro.

**Termos em que  
Pede e espera deferimento.**

**Brasília (DF), 25 de março de 2024**

**Lindbergh Farias  
Deputado Federal – PT/RJ**